

ECO-289

ECO
289

**CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E ESTRUTURA
PRODUTIVA:**

O CASO DE MOÇAMBIQUE

Júlio Emmerson da Conceição Elias

Setembro de 2004

Trabalho de Licenciatura em Economia

Faculdade de Economia

Universidade Eduardo Mondlane

F. E. - ECONOMIA	
R. E.	29.243
N.º	21 / 01 / 05
Ass.	oferta
Outros	

Declaração do Autor

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, Setembro de 2004

Luís Emmanuel de C. G. S.

Aprovação do Jurí

Este trabalho foi aprovado com 15 valores, no dia _____ de Setembro de 2004, por nós membros do jurí examinador da UEM.

O Presidente do Jurí _____

O Arguente _____

O Supervisor _____

Dedicatória

*Ao meu pai, Luís José Elias,
à minha avó Maria de Lourdes Grachane,
quis o destino que Deus muito cedo os levasse do nosso convívio.*

Agradecimentos

Agradeço profundamente a todos quantos me apoiaram neste trabalho, nomeadamente o meu supervisor Doutor Carlos Nuno Castel-Branco pelo tempo pelos ensinamentos e conselhos dispensados; Dr. Constantino Marrengula, Doutor Salomão Munguambe, Doutor Manoela Sylvestre e outros docentes pela dedicação. Aos colegas e Direcção da Faculdade, os meus agradecimentos.

Quero agradecer à minha família, pela compreensão e apoio tanto moral como material que me prestaram durante todo este período.

Agradeço também a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho fosse possível

Um especial agradecimento vai também para a Cláudia, pelas valiosas contribuições e apoio moral dados.

Lista de Abreviaturas

BA	Banco Austral
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BCM	Banco Comercial de Moçambique
BF	Banco do Fomento
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
BCP	Banco Comercial Portugues
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
BSTM	Banco Standard Tota de Moçambique
DEE	Departamento de Estudos Económicos
IDD	Investimento Directo Estrangeiro
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
MEC	Complexo Mineral Energético
PIB	Produto Interno Bruto
PRE	Programa de Reabilitação Económica
RSA	República da África do Sul
SA	Sul africano

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxa de Crescimento do Crédito à Economia	21
Gráfico 2: Proporção do Crédito sobre o PIB	22
Gráfico 3: Peso dos Sectores no total do Crédito	23
Gráfico 4: Crédito por Finalidades	24
Gráfico 5: Rede Bancária (balcões por província)	25
Gráfico 6: Quotas de Mercado sobre o Crédito	27
Gráfico 7: Distribuição do Investimento Privado por Província e Fonte de Financiamento	29
Gráfico 8: Distribuição Sectorial do Investimento por Fontes de Financiamento	31

Lista de Tabelas

Tabela 1: Rede Bancária Nacional (1991)	15
Tabela 2: Instituições Financeiras (1991-2002)	17
Tabela 3: Rede Bancária	18

Sumário

Existe uma relação dinâmica e entre o sector bancário e o sector real. A forma como o sistema financeiro interage com a estrutura produtiva, tem implicações para a esfera de actuação da banca. Os bancos são antes de mais instituições que actuam e são influenciadas por dinâmicas do sector real e pelo foco das políticas macroeconómicas.

Para responder as grandes questões do tema seguiu uma metodologia que insere três componentes: (i) demonstração da concentração bancária; (ii) demonstração da estrutura alocativa do investimento e (iii) relação entre a concentração bancária e estrutura produtiva. O crédito à economia fornecido pelo sistema bancário para o período 1993-2002, mostra uma tendência irregular. Esta, é um sinal da excessiva concentração do crédito e investimentos em alguns sectores, projectos.

Os principais resultados mostram que: (i) o crédito e investimento bancário tendem a concentrar-se no sector industrial, onde predominam mega e grandes projectos. Este sector é financiado largamente pelo Investimento Directo Estrangeiro; (ii) a concentração regional do crédito e investimento seguem um padrão regional, explicado por dinâmicas da estrutura produtiva, bem como as estratégias corporativas do capital regional; (iii) o sistema bancário nacional é do tipo oligopólio, com o domínio de 2 à 3 bancos nas operações de crédito.

A reforma do sistema financeiro não foi concebida num quadro analítico de financiamento da actividade produtiva. A estrutura do sistema bancário é influenciada pelo padrão de desenvolvimento e por estratégias inerentes aos próprios bancos.

A principal implicação da análise, é que a concentração bancária tendo efeitos para a disponibilidade de crédito, reforça o padrão assimétrico de desenvolvimento. Os bancos já implantados não tem incentivos para alargarem-se à escala nacional, dadas as suas estratégias para manter e ampliar a oferta de crédito nestas regiões.

Índice Témático

Dedicatória.....	<i>i</i>
Agradecimentos.....	<i>ii</i>
Lista de Abreviaturas.....	<i>iii</i>
Lista de Gráficos e Tabelas.....	<i>iv</i>
Sumário.....	<i>v</i>
I. INTRODUÇÃO	2
1. Metodologia	4
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1. Sistema financeiro e sector real	6
2. Relevancia do sistema financeiro no crescimento económico.....	7
2.1. Bancos comerciais e intermediação financeira.....	10
2.2 Fusões e Aquisições no sector bancário.....	13
III. O SECTOR BANCÁRIO EM MOÇAMBIQUE.....	15
1. Enquadramento Histórico	15
2. Caracterização actual	19
IV. CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E BASE PRODUTIVA	21
1. Concentração bancária e alocação do crédito	21
1.1 Concentração sectorial do crédito.....	23
1.2 Concentração Regional dos Balcões.....	25
1.3 Concentração das operações de crédito por bancos comerciais.....	26
2. Concentração bancária e alocação do investimento.....	28
2.1 Alocação regional do investimento.....	28
2.2 Alocação sectorial do investimento	29
3. A reforma do sistema financeiro e o sector bancário.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS.....	42

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a interacção entre o sistema bancário e o sector real da economia, com vista explicar o processo de concentração bancária em Moçambique. Na sua abordagem, faz uma análise sobre a estrutura do crédito e dinâmicas de alocação do investimento para o período 1993 – 2002. A evidência mostra que a concentração bancária e a alocação do investimento interagem, pois que, as regiões de maior desenvolvimento quer em termos de infraestruturas, como de actividades económicas, apresentam uma maior cobertura da rede bancária. Os fluxos de investimento a larga escala estão a resultar numa tendência de concentração sectorial e regional do mesmo com impactos para a esfera de actuação dos bancos. Argumenta que decorrente da própria estrutura da economia, a concentração bancária reforça o padrão assimétrico de desenvolvimento pela disponibilidade de recursos financeiros.

A importância do tema resulta do facto de observar-se no país tendências de concentração da actividade económica à três níveis: bancária e de actividade financeira; investimento e industrial. Estes diferentes tipos de concentração ocorrem e podem estar relacionadas. Na base da evidência, a Província e Cidade de Maputo tem absorvido grandes fluxos de investimento, expansão industrial, bem como concentra em si mais de 40% de toda actividade financeira do país. A discussão do processo de concentração bancária não deve ser vista só numa perspectiva do próprio sector, onde prevalecem estratégias anti-competitivas assentes em fusões, mas sim num contexto mais alargado, isto é, as várias pressões subjacentes a actuação da banca.

O trabalho apresenta as seguintes perguntas de pesquisa: *(i) como a concentração bancária relaciona-se com o crédito, (ii) qual a relação entre a concentração bancária e a afectação regional e sectorial do investimento; (iii) serão os bancos domésticos determinantes principais de alocação de recursos financeiros na economia?* O argumento central é que existe uma relação mutuamente consolidante entre ambos e que a forma desse relacionamento tem implicações para o padrão de concentração das actividades económicas. O crédito à economia fornecido pelos bancos comerciais aos sectores produtivos, relacionam-se com a instabilidade do investimento. De uma forma geral, os objectivos específicos do trabalho residem em *(i)*

demonstrar a concentração sectorial do crédito, rede bancária e alocação do investimento; (ii) relacionar a reforma do sistema financeiro, actuação da banca e sector produtivo.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos principais. Depois da introdução, o segundo capítulo apresenta as diferentes pressões que concorrem para a actuação da banca, sua relação com o sector real, bem como o foco das políticas económicas. Argumenta que o sistema bancário não é algo isolado do resto da economia, ele interage com as dinâmicas do sector real. Insere ainda, uma breve revisão da literatura a volta da relevancia do sistema financeiro no crescimento económico, bem como as diferentes abordagens à volta do papel dos bancos na intermediação financeira.

O capítulo três descreve o sector bancário moçambicano numa perspectiva histórica e uma breve caracterização actual do sector. A configuração do sector bancário não desliga-se do foco das políticas macroeconómicas e padrão de acumulação da economia. Argumenta que a construção do sistema bancário é influenciado e responde aos desafios de desenvolvimento focados na política económica.

O quarto capítulo demonstra a evidência da concentração bancária no contexto do sector real da economia. Ele insere 3 secções, no qual a primeira evidencia o padrão da concentração bancária sectorial, regional do crédito bem como em termos de operações de crédito por bancos. A análise revela uma forte tendência de concentração do crédito no sector industrial, em Maputo, bem como o domínio de dois a três bancos no sistema bancário nacional. A segunda secção demonstra o padrão de alocação do investimento, a nível regional e sectorial. Argumenta a secção que as dinâmicas de alocação do investimento interagem com a concentração bancária por via de grandes e mega investimentos liderados fundamentalmente por firmas sul-africanas no contexto do Complexo Mineral Energético (MEC). A terceira secção faz uma discussão crítica do processo de reforma do sistema financeiro. O argumento central é que a reforma financeira não foi concebida numa quadro analítico de financiamento ao desenvolvimento. As conclusões e recomendações são feitas no último capítulo.

1. Metodologia

Com vista a atingir os objectivos específicos e responder as perguntas de pesquisa do trabalho, foram usados os seguintes procedimentos:

(i) Demonstração da concentração bancária;

Decomposição do crédito fornecido pelos bancos comerciais por sectores de actividade. A análise do crédito sectorial fornecido pelos bancos comerciais à economia, permite ver se a banca financia sectores produtivos ou não. O argumento que se pretende extrair é que a concentração bancária está resultar na concentração do crédito em certos sectores. Os dados utilizados são extraídos das estatísticas oficiais do crédito de 1993-2002. A análise da distribuição regional da rede bancária, visa demonstrar a assimetria regional da rede bancária por província. Analisa-se numa base comparativa para os anos de 1995, 2000 e 2002

O grau de competição no sector bancário é feita na base das tendências sobre quotas de mercado de cada banco nas operações de crédito. A análise permite extrair a concentração a nível dos intervenientes, bem como mostrar a tendencia de fusões para a concentração das operações de crédito bancário.

(ii) Demonstração da estrutura do investimento

A base produtiva é analisada com recurso ao investimento por fonte de financiamento, repartido por regiões e sectores. Esta disposição permite observar as regiões e sectores que absorvem mais investimento. Os dados de base para a análise, encontram-se em Castel-Branco (2002, 2003). O investimento por fonte de financiamento, mostra o peso do IDE, IDD e empréstimos no panorama global de financiamento da base produtiva

(iii) Relação entre a concentração bancária e estrutura produtiva

A concentração bancária ocorre num contexto de dinâmicas da economia real, isto é, o padrão assimétrico de desenvolvimento pode explicar o padrão assimétrico da estrutura bancária. O mais provável é que exista uma interacção, ou influência mútua dinâmica, entre os dois. A relação entre a concentração bancária e crédito/investimento é feita com base na alocação

regional, sectorial do crédito e do investimento. As regiões de maior rede bancária regional correspondem às mesmas que absorvem maiores fluxos de investimento; sectores mais dinâmicos no que concerne aos fluxos de investimento tem tido maior acesso ao crédito.

De um modo geral, os dados sobre o crédito à economia por sectores fornecido pelos bancos comerciais consolidados no sistema bancário, apresentam uma certa inconsistência quanto confrontados com os dados contidos nos Relatórios Anuais do BM. Outro constrangimento dos dados, refere-se a componente empréstimos na análise da alocação do investimento, que aparece de forma agregada, isto é, não mostra o peso do crédito bancário na estrutura dos empréstimos.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta secção procura olhar a interacção entre o sector bancário e a economia como um todo para o caso concreto de Moçambique, e apresenta de forma sumária descritiva o ambiente no qual o sector bancário opera em consonancia com dinâmicas do sector real e política macroeconómica. Posteriormente, faz uma revisão de literatura sobre a relevância do sistema financeiro e crescimento económico, bem como as implicações que estas tem para a percepção da natureza da firma bancária. A síntese do debate à volta das fusões no sistema bancário permite compreender a nova tendência de reestruturação da banca e seus potenciais efeitos. O argumento central deste tópico é que existe uma relação dinâmica e entre o sector bancário e o sector real. Os bancos são antes de mais instituições que actuam e são influenciadas por dinâmicas do sector real e pelo foco das políticas macroeconómicas.

1. Sistema financeiro e sector real

A reforma do sistema financeiro é vista como sendo uma das condições para a promoção do crescimento económico no sentido de resultar num aumento da competição no sector financeiro, bem como melhorar a eficiência, diversidade e qualidade dos serviços¹. A relação entre o sistema bancário e investimento pode ser feita olhando especificamente para a forma como a política económica e sector produtivo interagem com o sector bancário, porque o produto desta relação dominam os fluxos de alocação do investimento.

O sistema financeiro no geral é influenciado e limitado pelas políticas macroeconómicas. Limitações de crédito produtivo ao investimento resultam também dos objectivos de política macroeconómica. A restritividade da política monetária, consubstanciada pelos elevados rácios estabelecidos pelo Banco Central, resultam num aumento dos custos de acesso ao crédito por parte dos bancos comerciais, com reflexos para o acesso a recursos para o investimento. Neste contexto, os bancos são obrigados a manter elevados *spreads* em ordem a maximizar a sua rentabilidade.

¹ Modelo de Mackinnon-Shaw (1973)

O desenvolvimento do sistema financeiro está dinamicamente ligada com o sector real da economia. Grandes bancos estão mais interessados em expandir o seu poder de mercado e estabelecer fortes ligações com sectores da economia e indústria que oferecem uma perspectiva de rentabilidade de longo prazo. Esta é uma das razões que pode explicar porque os grandes projectos, firmas estrangeiras e projectos onde o investimento directo estrangeiro concentra-se, tem maior acesso ao crédito.

O financiamento do sector bancário ao sector produtivo depende não só da disponibilidade de fundos, mas da intervenção do estado na definição de uma estratégia clara de desenvolvimento que possibilite a viabilidade dos projectos, que faça correções e ajustamentos necessários, tomando em conta as condições reais de mercado, e que adopte uma visão de longo prazo. Não cabe ao sector bancário identificar e alocar crédito aos sectores produtivos. Estes sim guiam-se pelos preceitos de rentabilidade dos projectos que lhes aparecem.

A grande dependência de ajuda externa da economia denota em si a incapacidade interna de financiamento ao desenvolvimento. O investimento directo estrangeiro representa a principal fonte de financiamento para a economia e influencia dinâmicas de alocação de recursos e actuação da banca. Os projectos financiados pelo investimento directo estrangeiro atraem também, grande parte do investimento directo doméstico, bem como empréstimos. De uma forma geral o sistema bancário é uma parte da economia como um todo, de modo que as suas acções desenvolvem-se e são influenciadas por dinâmicas da própria estrutura da economia.

2. Relevância do sistema financeiro no crescimento económico

O papel que o sistema financeiro desempenha na promoção do crescimento económico difere das várias percepções de correntes de pensamento. Esta secção focaliza a discussão do modelo de liberalização financeira, seus efeitos, bem como as implicações que tem para a actuação dos bancos na intermediação financeira.

Numa perspectiva ortodoxa, a taxa de juro acima de tudo iguala a demanda por recursos a investir e a oferta dos mesmos. O desejo de acumular poder de compra assim como o desejo de investir dependem fundamentalmente do nível da taxa de juro. O modelo de liberalização financeira² de Mackinnon-Shaw (1973) estabelece relações de causalidade entre (i) taxa de poupança e a taxa de crescimento económico, e (ii) entre a taxa de de juros reais (activas e passivas) e a taxa de poupança. O argumento central do modelo é que a manutenção de taxas de juro reais abaixo do equilíbrio desincentivava a formação da poupança, bem como a alocação de recursos financeiros e em consequencia o financiamento do investimento.

A liberalização financeira é vista como uma forma para elevar a taxa de poupança da economia e com ela as taxas de investimento e de crescimento económico³. Este ocorreria por via do investimento pois por um lado, aumentam os recursos disponíveis para investir e por outro lado, como o investimento é caro pelo efeito de elevação das taxas de juro reais, os investidores tendem a procurar projectos de maior qualidade e retorno. A principal implicação deste modelo é que a liberalização financeira aumenta a poupança e eleva a qualidade do investimento, e dessa forma a economia cresce mais depressa.

A existência prévia de poupança é necessária para a realização do investimento de modo que a poupança possui uma propriedade causal⁴. No entanto bastantes críticas são feitas a estes modelos todas assentes em três pilares:

- A evidência sobre a ligação entre a taxa de juro e poupança: a simples elevação da taxa de juro não garante aumentos da taxa de poupança porque ela depende antes de outros factores como a renda⁵;
- Mecanismo de transformação de poupança em investimento, particularmente quando o investimento encarece, isto é, não se pode afirmar categoricamente que um aumento da poupança resulte numa aceleração do crescimento;
- Significado de investimento de maior qualidade.

² Surgem como uma crítica à prática dominante de repressão financeira então dominante nos países em desenvolvimento. A liberalização foi vista como uma solução para o desenvolvimento destes países na base da percepção de que os mercados financeiros destes eram caracterizados por distorções que amputavam o crescimento económico.

³ Harris (1988). Contestada este argumento no sentido de que após a liberalização financeira o aumento dos depósitos pode não representar novas poupanças como assume o modelo mas sim resultar da redução de outros activos financeiros dos bancos.

⁴ Ver King e Levine (1993) em estudos econométricos, Goldsmith (1969), Patrick (1966), Machilo Nissanke (1991).

⁵ Enfoque Kenciano

Num enfoque Pós-Keynesiano, a taxa de juro influencia as decisões de investir segundo o conceito de eficiência marginal do capital. Assim, os determinantes da poupança são essencialmente diferentes das razões que determinam o investimento. De facto a poupança e investimento devem ser iguais *ex-post* e essa igualdade é garantida por variações de renda⁶. O investimento pode aumentar independentemente da existência de poupança prévia, de modo que não se pode afirmar categoricamente que aumentos no nível de poupança implicará uma aceleração do crescimento. Os *policemakers* subestimam os problemas de um sistema bancário subdesenvolvido, com uma fraca base de poupança, porque altas taxas de juro e elevados preços dos activos atraem investidores estrangeiros, bem como resulta em grandes lucros de curto-prazo para os bancos⁷.

Um outro foco, assente na economia política do sistema financeiro, encontram-se autores que olham o desenvolvimento e padrão do sistema financeiro como resultado de pressões e dinâmicas da economia. Os bancos tendem a concentrar suas actividades à necessidades de alguns ramos, segmentos como o comércio, indústria e mais, em regiões geográficas distintas. Assim, os bancos medeiam os movimentos de oferta e procura de fundos emprestáveis direccionando-se para a natureza de algumas actividades numa dada região. Este comportamento é resultado das dinâmicas da estrutura económica (Lapavitsas e Itoh. 1999). Fine e Rustomjee (1996)⁸ analisando o contexto da política industrial na RSA, mostram que o padrão de concentração do sistema financeiro interage claramente com o padrão de concentração da actividade industrial. O controlo oligopolista do sector financeiro não só contribuiu para a concentração da actividade industrial, como também contribuiu para a definição do padrão de industrialização à volta do MEC. A forma como entende-se a interacção entre o sistema financeiro e crescimento económico, tem implicações para a forma como a banca vai actuar. Assim situam-se várias abordagens de bancos.

⁶ Sousa (1993)

⁷ Ver Fitzgerald. *QEH*

⁸ Segundo estes autores, os altos níveis de concentração e ligações do sistema financeiro com estruturas corporativas, especialmente do sector de minas, resultaram em maiores investimentos industriais, dado o elevado grau de desenvolvimento dos bancos.

2.1. Bancos comerciais e intermediação financeira

A maneira como olha-se para a intermediação financeira e acesso a recursos financeiros, tem muito a ver com a forma como é visto o papel dos bancos comerciais. Assim situam-se percepções próprias das correntes de pensamento económico o qual destacam-se a abordagem clássica, neoclássica e a pós-keynesiana.

A abordagem clássica, olha para os bancos como meros intermediários na transferência de recursos (poupança) das unidades superavitárias para unidades deficitárias. Os bancos comerciais funcionam simplesmente como uma correia de transmissão que intermedeiam a relação entre as autoridades monetárias e os agentes não-financeiros, de modo que o seu comportamento pouco afecta as condições de financiamento da economia (Heise. 1992).

Num enfoque neoclássico, situam-se duas abordagens: (i) O banco é visto como uma "black box" com capacidade de criar moeda ilimitadamente, pois a expansão dos seus activos acarretaria um retorno automático da moeda bancária criada na forma de depósitos, com as obrigações crescendo em parceria com os seus activos⁹. Os bancos comerciais são entretanto vistos como criadores "quase-técnicos" de moeda e uma entidade monopolista, uma vez que todos pagamentos e recebimentos são feitos através deste banco e todo empréstimo concedido retoma por completo ao mesmo sob a forma de depósitos. Contudo, esta situação só se aplicaria a uma economia com um banco monopolista, numa economia com um sistema financeiro que envolve diferentes tipos de intermediários financeiros concorrentes entre si, a moeda sob a forma de empréstimos pode não retornar integralmente ao mesmo e não há garantias de que o passivo dos mesmos cresça na mesma magnitude dos seus activos.

(ii) Os bancos comerciais são vistos como uma firma que gere portfólio neutra de risco, que desenvolvem um comportamento otimizador. Esta visão tenta incorporar preocupações

⁹ Tobin (1982), criticando esta posição argumenta que o banco comporta-se como uma firma gerenciadora de portfólio, que deverá reter a moeda até ao ponto em que o custo marginal de oportunidade de manter a moeda na forma líquida for igual aos custos esperados de restaurar a liquidez. Uma situação de maior risco aumentaria os custos esperados de restaurar liquidez e reduziria, a criação de moeda corrente ou activos com elevada liquidez (quase-moeda).

relacionadas à composição do portefólio bancário, com vista a minimização dos custos associados ao risco de iliquidez e maximização da rentabilidade. Esta visão é a base dos modelos neoclássicos relacionados com a escolha de activo ou passivo bancário no qual olham para os bancos comerciais como uma firma que visa a optimização do seu balanço, procurando, de forma geral, atender as demandas dos tomadores e emprestadores de recursos até ao ponto em que o benefício marginal se iguale ao custo marginal de assim proceder.

Na *abordagem pós-keynesiana* os bancos comerciais são vistos como entidades que, mais do que simples intermediários financeiros passivos de recursos, são capazes de criar crédito independentemente da existencia de depósitos prévios, através da criação activa da moeda bancária. (Heise. 1992). O comportamento dos bancos como uma firma com expectativas e motivações próprias, tem um papel essencial na determinação das condições de financiamento em uma economia ao estabelecer o volume e as condições sob os quais o crédito é ofertado, pois deles depende a criação de poder de compra novo necessário à aquisição de activos de capital que proporciona a independência da acumulação de capital em relação à poupança prévia. Os bancos como firmas que são, tem como principal objectivo a obtenção de lucro na forma monetária. Tomam as suas decisões de portefólio orientadas pela perspectiva por maiores lucros, tomando em conta a sua preferência por liquidez e suas avaliações sobre a riqueza financeira, em condições de incerteza.

A concessão de crédito pelos bancos comerciais depende basicamente das expectativas que tem quanto a viabilidade dos empréstimos, ou seja, a capacidade do tomador auferir receitas futuras para honrar seus compromissos financeiros. A firma bancária opera sob restrições a semelhantes a qualquer outro agente e sob incertezas sobre o futuro, devido a sua natureza intrinsecamente especulativa de sua função de transformador de maturidades e das incertezas que envolve cada transacção financeira¹⁰.

¹⁰ "A actividade bancária é um negócio dinâmico e inovativo de fazer lucros. Banqueiros procuram activamente construir fortunas ajustando seus activos e obrigações, que significa, em linhas de negócios, tirar vantagem das oportunidades de lucro que lhes são oferecidas". (Minsky. 1986)

De um modo geral ao contrario das posições da escola clássica os bancos comerciais, para os *pós-Keynesianos e neoclássicos*, são instituições activas cujo comportamento influencia directamente as condições de liquidez e de financiamento da economia e por via deste a concretização das decisões de investimento dos agentes económicos, não são agentes de intermediação neutros. Para os *pós-keynesianos* a dinâmica da firma bancária afecta de forma decisiva as condições e volume de financiamento da economia e consequentemente as decisões dos agentes.

As transacções de crédito são antes de tudo transacções sustentadas em informações¹¹. As condições e custos de acesso e informação inerente as mesmas, são fundamentais para qualquer instituição que oferta crédito. Na decisão de crédito o aspecto mais importante é a transacção da informação entre o tomador e credor e avaliar se um agente económico é merecedor de crédito envolve dispêndio de recursos. Neste contexto, levantam-se questões dentro da abordagem neoclássica que cingem-se nas assimetrias de informação (Stiglitz e Weiss. 1981)¹². As assimetrias ao tornarem difíceis a diversificação e transferência de riscos na economia, influem na forma e na magnitude de captação de recursos das empresas. Mudanças na percepção de riscos decorrentes de choques (monetários, reais ou de expectativas), levarão as empresas a rever seus programas de produção e investimento e os bancos a racionar o crédito. O fornecimento de crédito depende de um conjunto de informações que os bancos tem acerca de seus clientes e pode ser facilmente destruído.

¹¹ A economia de informação liderada por Akerlof e Stiglitz, mostra que o sistema de preços não constitui um sinal eficiente e que contrariamente ao *mainstream* ortodoxo, existem assimetrias de informação (Herscovici. 2004).

¹² Assimetrias de informação entre duas partes que transaccionam ocorrem quando uma parte detém mais informação que a outra, seja *ex-ante* em relação as características do que está sendo comprado ou vendido, seja *ex-post* em relação ao comportamento dos indivíduos depois de firmado o contracto. Os modelos de selecção adversa tratam de problemas de informações imperfeitas associadas ao primeiro caso, enquanto que os de *moral hazard* (risco moral) abordam problemas relacionados com o segundo caso.

2.2 Fusões e Aquisições no sector bancário

A ocorrência de fusões no sector bancário tem implicações para a forma de actuação dos bancos, bem como para o desenho do sector e acesso a recursos financeiros. As principais questões que a concentração bancária coloca dizem respeito aos ganhos de eficiência e ao exercício do poder de mercado. De uma forma geral, o debate é visto na literatura numa óptica de eficiência microeconómica e macroeconómica, embora pesem os aspectos microeconómicos.

Argumentos a favor da concentração bancária

Maior competição no sistema bancário por empréstimos, conduzirá a maior risco assumido pelos bancos¹³. Mais competição leva *ceteris paribus* a baixos períodos de lucros com elevados riscos de falência dos bancos em ordem a aumentar a demanda de empréstimos. Os bancos ao competirem sobre os empréstimos expõe-se mais ao risco e que a autoridade monetária pode garantir a solidez do sistema financeiro pelas exigências de reservas obrigatórias.

A concentração bancária possibilita a redução de custos, ocasionados pelo aumento do nível de produção, maior racionalização do esforço de pesquisa e desenvolvimento, uso de insumos específicos não divisíveis e transferência de tecnologia e *know-how*. A ocorrência de economias de escala resultante da fusão permite que a firma bancária possa aumentar a sua elasticidade para choques¹⁴.

Argumentos contra a concentração bancária

Os bancos saídos de processos de fusões podem tornar-se tão grandes para falir, bem como desincentivar os bancos a melhorarem a sua eficiência. Este facto resulta do crescente poder de mercado que estes adquirem¹⁵. O poder de monopólio é apontado como um dos aspectos à desfavor da concentração bancária via fusões. Quando os mercados de depósitos tornam-se

¹³ Bolt e Tienan (2004) fazem uma abordagem econométrica do lado dos activos do balanço do banco., Nicoló *et al* (2003), aborda o mesmo na base de uma pesquisa internacional sobre o fenómeno de consolidação, internacionalização e conglomeração de firmas financeiras.

¹⁴ Ver Berger e Hunphrey (1993), Nicoló *et al* (2003), Di Patti e D'ell Ariccia (2001), Berger (1999)

¹⁵ Ver Nicoló *et al* (2003)

mais concentrados, os bancos usam o seu poder de monopólio para tornarem-se mais rentáveis¹⁶. Altas taxas de juro sobre os empréstimos implicam maiores taxas de falência para os tomadores de empréstimos, mas o risco no mercado de empréstimos é mais encarecido por problemas de *moral hazard* da parte dos tomadores de empréstimos.

¹⁶ Petersen e Rajan (1995) argumentam que um banco ganha poder de monopólio *ex-post* da informação privada que ela adquire acerca da firma durante o processo de concessão de empréstimo

III. O SECTOR BANCÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Antes de mais deve reconhecer-se que a estrutura do sistema bancário é influenciada pelo foco das políticas económicas vigentes numa economia, bem como o papel que os agentes económicos desempenham na economia.

1. Enquadramento Histórico

Após a independência pelo Decreto 2/75, foi criado o Banco de Moçambique (BM) como autoridade monetária e cambial, tendo previsto que este se transformasse exclusivamente em Banco Central, criando se assim um banco comercial, mas que tal só veio a acontecer em 1992. Houve contudo a necessidade de reestruturação da banca a fim de assegurar um controle directo sobre o sector bancário de modo a torna-lo num instrumento decisivo na luta pela independência económica vinculando-a a política do Governo, de uma economia centralmente planificada. A estrutura do sistema bancário respondia aos desafios de desenvolvimento tendo se implantado balcões em quase todo território nacional até finais da década de 90, de modo a interligar este, aos objectivos de política económica então assentes na socialização da produção.

O sector bancário comportava dois bancos estatais, o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), um banco de desenvolvimento ligado ao financiamento de sectores produtivos e captação de poupanças; o BM e um banco privado, o Banco Standard Totta de Moçambique (BSTM). A tabela 1 mostra a composição da rede bancária até 1991.

Tabela 1: Rede Bancária Nacional (1991)

	BM	BPD	BSTM	Total
1-Filiais provinciais	10	10	1	21
2-Agências (distritos)	19	23	2	44
3-Delegações (distritos)	10	210	5	225
4-Postos de captação	-	54	-	54
5-Postos de troca	7	-	-	7
Total	46	297	8	351

Fonte: Langa, S.1991.

Até 1987, as taxas de juro e de câmbio eram fixadas de acordo com os objectivos dos planos centrais de projectos desenvolvimento que requeriam massivos empréstimos para investimentos. A taxa de juro jogava um papel marginal na tomada de decisões económicas porque o investimento e recursos financeiros eram directamente alocados para projectos e empresas, dentro do plano estatal central (Castel-Branco. 2000). O BPD desenvolveu e alargou delegações e balcões em todas províncias e distritos como forma de encorajar poupanças locais, inserir no sistema bancário e também fornecer crédito e assistência de gestão à projectos económicos locais.

A principal função dos bancos era o financiamento do capital produtivo às empresas estatais no âmbito das políticas de desenvolvimento estatal. No sistema bancário o Banco de Moçambique era o principal financiador com cerca de 77% de todo o crédito; o BPD com 19% e 4% para o BSTM. O BPD foi criado como uma instituição especializada principalmente para o crédito agrícola, bem como um banco de captação de poupança (Wuyts. 1989). Neste contexto os bancos eram um instrumento do plano e quase que a extensão das finanças públicas, no qual os recursos financeiros eram alocados às empresas dentro do plano central..

Com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987, teve início a liberalização da economia que inseria em si a reforma do sistema financeiro nacional. No sector financeiro o objectivo primordial era a abertura do sector bancário nacional à iniciativa privada, de capitais nacionais e estrangeiros e adequação do sector público financeiro, ao funcionamento em moldes concorrenciais ajustados à filisofia de mercado. A reforma era necessária porque, a intervenção pública por via da repressão financeira, criava distorções ao pleno funcionamento da taxa de juro como o mecanismo que balançava a poupança e investimento e desse modo o crescimento económico. Era necessário quebrar o controle da taxa de juros pois este não incentivava a poupança com efeitos para o investimento e crescimento económico¹⁷.

¹⁷ Ênfase do modelo de liberalização financeira neo-liberal.

O quadro de reformas iria afectar o sistema bancário então vigente, configurando-o num sector de cada vez menos Estado. Com a aprovação da Lei nº 1/92, Lei Orgânica do BM, de 3 de Janeiro, estabelece-se os objectivos e o quadro por que se rege o Banco Central, atribuindo-lhe poderes de autoridade monetária, supervisora do sistema financeiro, controladora do sistema. Os aspectos mais marcantes da reforma centraram-se na (i) liberalização gradual das taxas de juros; (ii) separação jurídica e institucional do BM com a criação do Banco Comercial de Moçambique (BCM); (iii) abertura do sistema financeiro para a operação de bancos privados, que contudo resultou na entrada de bancos de capitais estrangeiros e (iv) a privatização dos bancos comerciais com participação maioritária do Estado.

O BCM foi reprivatizado e passou a gestão privada (BCP de Portugal) que teve o seu término em Março de 2001. Actualmente encontra-se integrado ao grupo BIM; o processo de privatização do BPD obedeceu os processos definidos na Lei 15/91, tendo sido lançado à concurso público para potenciais compradores internos e/ou externos. Da privatização do BPD nasce o Banco Austral (BA) em 1997, sob forma de uma sociedade anónima. Em consequência da estabilidade económica e da revisão da Lei das Instituições de Crédito bem como a reestruturação das empresas do Estado, o número de operadores financeiros aumentou como podemos constatar na tabela abaixo:

Tabela 2: Instituições Financeiras 1991 – 2002

Tipo de Instituição	1991	1995	2002
Bancos Comerciais	3	3	12
Bancos de Investimento	0	---	1
Cooperativas de Crédito	0	---	7
Sociedades de seguros	1	2	4
Outras instituições de crédito	1	0	2
Sociedades de Investimento	0	1	1
Leasings	0	---	3
Sociedades de Capital de Risco	0	---	1
Sociedade Administradoras de Compras em Grupo	0	---	1
Casas de câmbio	4	19	29
Sociedades Micro-finanças	0	1	21

Fonte: Relatório Anual do Banco de Moçambique. *vários*

Actualmente, como resultado da liberalização financeira, a ênfase focaliza-se no sector privado. A mudança da acumulação centrada no estado e políticas económicas tiveram também influência sobre a estrutura do sistema bancário. As consequentes privatizações dos bancos estatais moldaram os bancos para uma postura mais de mercado assentes na rentabilidade de certas actividades económicas. Esta constatação pode ser reforçada pela evidência da redução do número de balcões do Banco Austral e BCM, após retirada da participação maioritária do estado.

Tabela 3: Rede bancária

Instituições	Balcões por província/2000										Total
	Maputo	Gaza	Inhambane	Manica	Sofala	Tete	Zambézia	Nampula	C.Delgado	Niassa	
Total	97	22	12	14	28	13	14	24	13	9	246
B. Austral	32	11	6	7	16	7	8	13	8	5	113
BCM	17	6	4	4	5	2	4	5	2	2	51
BSTM	13	1	1	1	2	1	1	1	1	1	23
BIM	18	2	1	1	3	2	1	2	1	1	32
BF	3	0	0	0	1	0	0	1	0	0	5
Outros ¹⁸	14	2	0	1	1	1	0	2	1	0	22

Fonte: BM. 2000. Relatório Annual.

Se compararmos a tabela 1 com a tabela 3, podemos observar que até 1991 três bancos tinham em conjunto 351 balcões e maior cobertura da rede bancária (maior peso para o BPD) em contraposição, 12 bancos comerciais totalizavam cerca de 246 balcões pelo país em 2000. A redução do número de balcões, foi causada principalmente, pela redução do número de balcões do Banco Austral (ex-BPD). Muitos balcões fecharam-se nas zonas rurais o que pode dar uma ideia do fraco apoio dos bancos às actividades agrícolas; os balcões estão concentrados em termos de bancos e regiões (BIM/BCM, Banco Austral e BSTM, controlam mais de 2/3 da rede bancária nacional).

¹⁸ ICB, UCB, BNP, BDCM, BMI e Novo Banco.

2. Caracterização actual

Ao longo de 12 anos, o sistema bancário seguiu uma trajectória de sistema de mono-banco, dominado pelo Estado, para um sistema financeiro de mercado permanecendo pequeno com menos de US\$ 2 biliões de total de activos. É dominado por bancos de capitais estrangeiros, de propriedade maioritariamente português e sul africano, que dominam o sistema representando cerca de 95% do total de activos (IMF. 2004).

É altamente concentrado, com os cinco maiores bancos contabilizando cerca de 96% das operações de crédito, dolarizado e de crescimento assimétrico na intermediação. Os bancos não só são concentrados como também dominam outras instituições do sistema financeiro¹⁹. Os depósitos são geralmente baixos constituindo cerca de 23% do PIB (IMF. 2004). A dificuldade do sistema bancário em canalizar depósitos em empréstimos deve-se ao facto de empréstimos líquidos constituírem menos de 2/3 do total dos activos bancários. O rácio agregado dos empréstimos sobre depósitos decresceu de 68% em 1997 para 61% em 2002 ao mesmo tempo, a dolarização continuou a aumentar²⁰.

Os bancos estão expostos ao elevado risco de crédito; as taxas de juro real sobre os empréstimos em meticais para o período 1999 – 2002 atingiram uma média de 17,5%. Esta elevada taxa reflecte mais os grandes *spreads* da intermediação financeira, parcialmente causado por grandes provisões para empréstimos não reembolsados. Custos acima da media são factores adicionais decorrentes do tamanho reduzido do sistema financeiro. O elevado risco de crédito reflecte também um ambiente pobre de empréstimos caracterizado pela elevada concentração do crédito em poucos grandes clientes, falta de projectos credíveis, falta de cultura de reembolso do empréstimo entre outros²¹.

¹⁹ O Novo Banco, a Impar são parte do grupo BIM

²⁰ Ver gráfico 1 em anexo.

²¹ Ver IMF.2004

Com a excepção de dois novos bancos²² que tiveram prejuízos em 2002 devido aos custos de início de actividade, todos os bancos são altamente rentáveis²³, com uma media de retorno dos activos perto de 15% (IMF. 2004).

Dados elevados rácios estabelecidos pelo Banco Central no âmbito da política monetária, os bancos domésticos satisfazem perto de 20% da demanda de crédito. Os restantes 80% provém de empréstimos estrangeiros, Investimento Directo estrangeiro (IDE), garantias e linhas especiais de crédito estabelecidas por agencias multilaterais e bilaterais. Grande parte das operações de crédito dos bancos comerciais, consiste em servir de agencias através do qual os fundos multilaterais e linhas de crédito especiais são canalizados (Castel-Branco. 2004). Os fluxos externos de capital, ajuda/empréstimos, IDE, mobilização de recursos externos por parte de grandes corporações são mais importantes no financiamento da economia do que o crédito bancário. Observa-se também, a penetração do capital financeiro sul-africano directamente no sector bancário. Este fenómeno liga-se fundamentalmente com as dinâmicas de investimento sul-africano no país. A RSA, tem um grande peso no universo dos fluxos do IDE, bem como participação em grandes empresas sediadas no país.

A análise do processo de concentração bancária sobre o crédito é feito em três dimensões: (i) sectorial; (ii) regional e (iii) por bancos. As estatísticas oficiais mostram que o sector bancário tem vindo a observar uma certa competição pelo incremento de novas instituições e novos produtos financeiros. A evidência sugere que a competição está a resultar em estratégias anti-competitivas por parte de alguns bancos, sob forma de fusões que diferentemente do padrão antes da liberalização da economia reforçam a concentração bancária.

²² Banco de Desenvolvimento de comércio e Banco Mercantil e de Investimentos (Associação Moçambicana de bancos. 2002).

²³ Este facto é explicado mais pela sua preferência por projectos de curto-prazo.

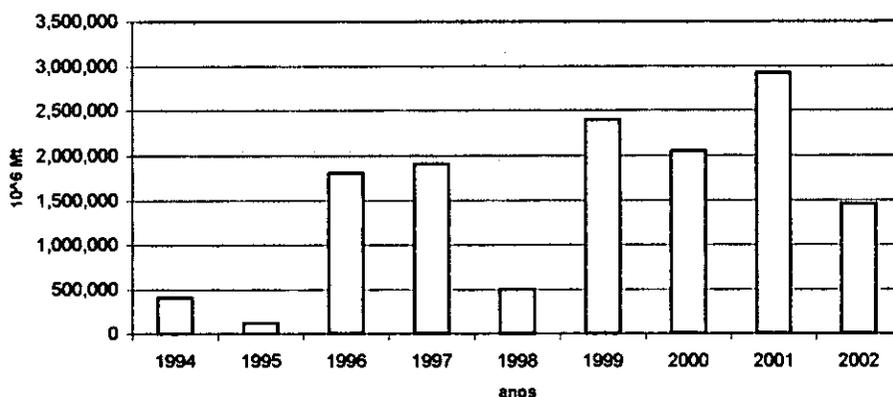
IV. CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E BASE PRODUTIVA

1. Concentração bancária e alocação do crédito

O crédito à economia fornecido pelo sistema bancário para o período 1993-2002, mostra uma tendência irregular. Esta, é um sinal da excessiva concentração do crédito e investimentos em alguns sectores, projectos. Se olharmos para a tendência do investimento na economia para o mesmo período, pode-se notar que o investimento é muito instável²⁴. A explicação para esta instabilidade resulta do facto do investimento estar concentrado num pequeno número de grandes projectos, os quais não fazem os mesmos montantes de investimento todos os anos.

De uma forma geral a instabilidade do crédito à economia e investimento são resultado de dinâmicas do sector produtivo, que caracteriza-se por uma estrutura à volta de mega-projectos e grandes projectos associados ao IDE.

Gráfico 1: Crédito à economia (em valores absolutos)²⁵



Fonte: Boletins Estatísticos. *Vários*, BM – DEE.

No geral, do lado monetário, ocorreu uma desaceleração²⁶ do crédito à economia, associado com a reduzida apreciação do dólar, onde a conversão teve pouco impacto, redução do crédito

²⁴ A análise de tendência do investimento é baseada em Castel-Branco (2003). O autor demonstra a instabilidade e concentração do investimento para o período compreendido entre 1990-2002.

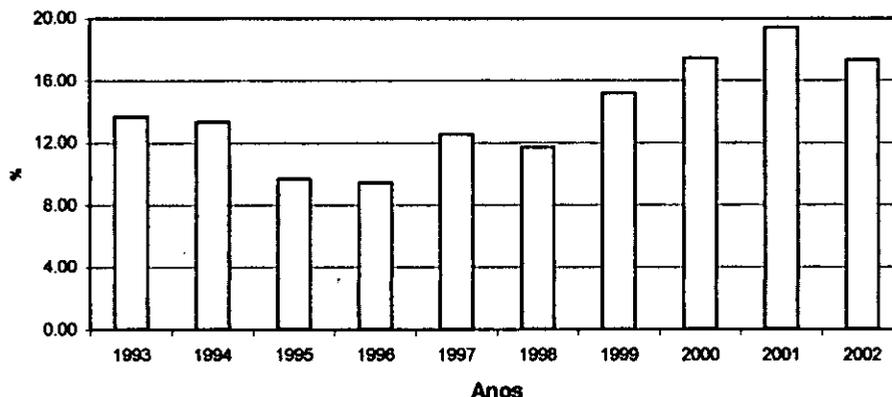
²⁵ Deve-se ter cuidado na análise destes valores, pois que existe uma inconsistência dos dados apresentados nos Relatórios do Banco de Moçambique, Boletins estatísticos da mesma instituição. Estes valores resultam da diferença dos valores acumulados para cada ano.

²⁶ Desaceleração dada pela taxa de crescimento.

em moeda nacional devido à elevação das taxas de juro que inviabilizam os investimentos e aplicações alternativas mais atractivas do ponto de vista do retorno ajustado ao risco²⁷, situações representativas de um contexto monetário restritivo²⁸ (Associação Moçambicana de Bancos. 2002).

A proporção do crédito/PIB na economia é muito baixa, com uma média de 13,97% para o período. De 1993 a 1997 observou-se uma queda na proporção do crédito/PIB com uma média de 11,73%, abrandamento este consistente com as políticas monetárias restritivas em vigor no período com implicações para o mercado bancário por via da subida das taxas de juro sobre os empréstimos.

Gráfico 2: Proporção Credito/PIB



Fonte: Boletins Estatísticos. *Vários*, BM - DEE; Anuários Estatísticos, *Vários*, INE

No período 1998-2002, o crédito sofreu um aumento em média de 16,21%. Este incremento correlaciona-se com a adopção do controlo monetário indirecto do banco central. Até 1999 os limites de crédito entre os bancos, eram um instrumento de controlo monetário. Os bancos, na procura de expandir a sua carteira de créditos, precisariam expandir a sua base de depósitos e competir para os conseguir. A transição para os métodos de controlo monetário indirecto em

²⁷ Bilhetes do Tesouro (BT) e Títulos da Autoridade Monetária (TAMs).

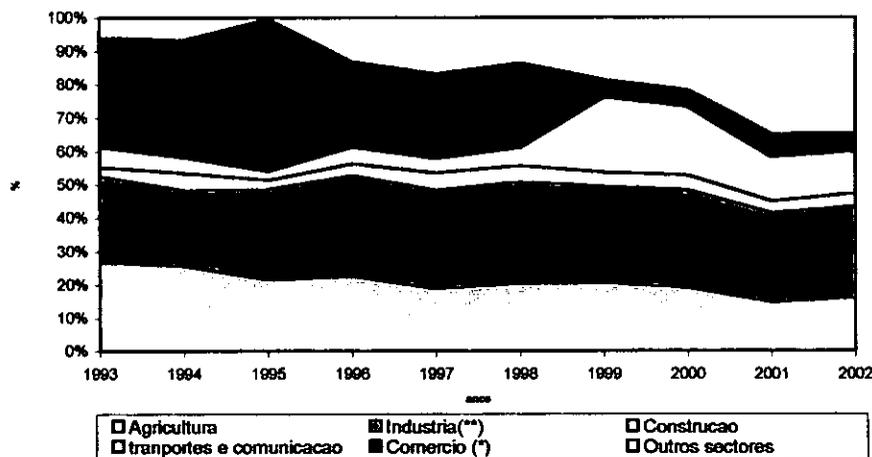
²⁸ Em 2001, observou-se um incremento do Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 2001 de 7,95% para 11,51% que tinha em vista limitar a capacidade de expandir o crédito à economia num esforço para a contenção da inflação. Esta medida teve resposta na elevação das taxas de juro, ganhos para o sector bancário que não repassaram para outros sectores, isto é, penalização do financiamento a sectores produtivos.

1999, encorajou os bancos a competir no negócio do crédito restando a subida das taxas de juro (Banco Mundial. 2001).

1.1 Concentração sectorial do crédito

Numa análise sectorial, os sectores da indústria e agricultura tiveram uma evolução mais regular no crédito total à economia fornecido pelos bancos comerciais. O sector do comércio que teve um peso grande, atingindo a mais elevada taxa de crescimento de crédito sectorial em 1995 de cerca de 45,48%, viu a sua quota a reduzir-se desde 1996 para níveis de 5,35% em 2002.

Gráfico 3: Peso dos Sectores no Total do Crédito



(* Inclui comércio interno e externo; (**) Inclui indústria no geral e indústria de turismo.

Fonte: Boletins Estatísticos. Vários. BM -DEE

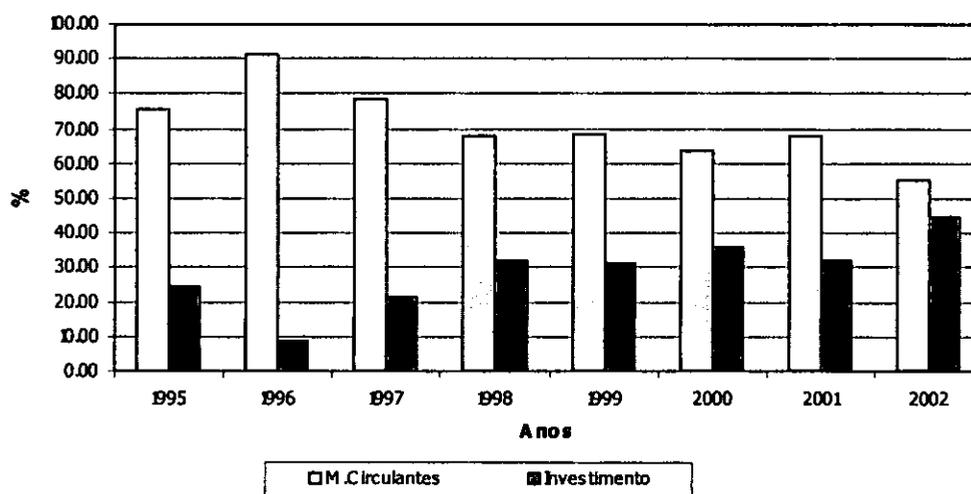
O gráfico 3, mostra que a recente tendência de concentração do crédito bancário em "outros sectores"²⁹. Porém por este ser um agregado de muitas outras actividades, não é possível aferir sobre a actividade de maior peso dentro da mesma. Pode-se sim ter a ideia de que é um conjunto de actividades não produtivas como sejam serviços financeiros e outros mais. Este é basicamente um sector de crédito para o consumo, que é largamente prestado pela banca portuguesa, com um carácter especulativo.

²⁹ Engloba habitação, crédito à particulares, e diversos.

Em termos de actividade, o crédito concentra-se no sector industrial tendo este absorvido em 2002 a maior porção do crédito (cerca de 34,67%), a mais alta entre os sectores. O sector industrial é dominado por grandes projectos ligados a Mozal, Motraco, refrigerantes, cimentos, açucareiras e outros.

O crédito para meios circulantes (gráfico 4) tem maior peso no total do crédito por finalidades, embora a proporção do crédito para o investimento tenha vindo a aumentar desde 1996 atingindo em 2002 cerca de 44,5% do total. O investimento de reposição não atrai recursos financeiros dos bancos comerciais pois as firmas nacionais, dado a idade e estado do seu *stock* de capital, necessitam de investimentos inovativos e de modernização para adquirirem capacidades competitivas. O investimento de *stock* de capital e tecnologias, é significativamente mais frequente em grandes empresas de propriedade estrangeira, que apresentam um capital informacional mais elevado, que em empresas domésticas de pequena e média escala (Castel-Branco. 2002).

Gráfico 4: Crédito por finalidades

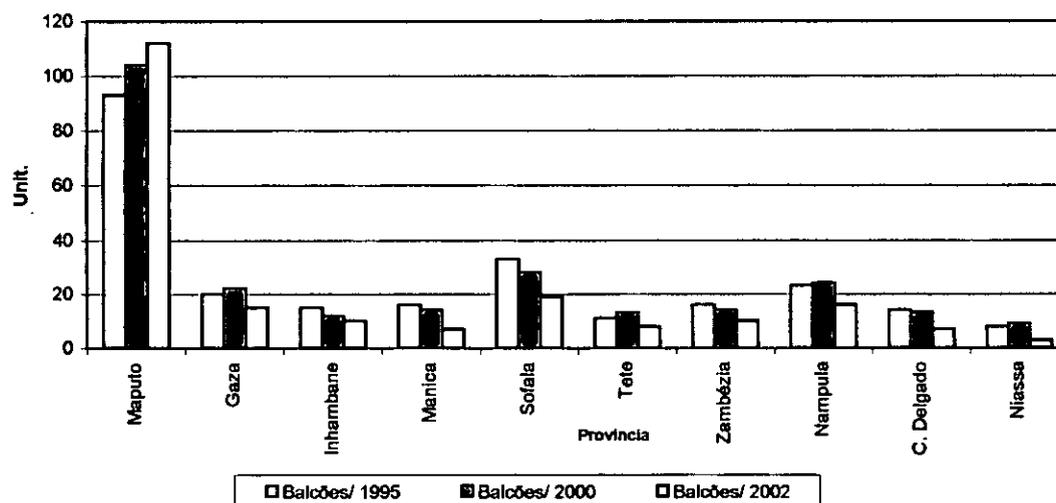


Fonte: Boletins Estatísticos. *Vários*, BM – DEE .

1.2 Concentração Regional dos Balcões³⁰

No período, o sistema bancário sofreu alterações enquadradas no modelo liberal de economia de mercado. Ele está bastante concentrado em termos de distribuição regional, observando-se uma maior concentração para a cidade de Maputo. A cobertura da rede bancária³¹ é baixa com cerca de 1 balcão por 82 mil habitantes, ou seja, cerca de 1 balcão por cada 3782 km² (BM. 2003).

Gráfico 5: Rede Bancária (balcões por província)



Fonte: Relatórios Anuais. Vários, BM.

A evidência demonstra que o padrão de concentração tende a aumentar mesmo com o aumento do número de bancos. O número de balcões reduziu-se à volta de 20% entre 1997 e 1999, causada principalmente pela redução dos balcões do Banco Austral, no quadro da racionalização das operações deste por pressões competitivas para a redução de custos e baixas poupanças e operações de crédito em muitas zonas rurais cobertas por este banco. Esta redução, ocorreu para todas as províncias com a excepção de Maputo. Embora possa ser um argumento muito forte, é difícil concluir que a maior concentração do crédito e actividade

³⁰ A cobertura da rede bancária dada pelo número de balcões por província foi utilizada como *proxy* para a distribuição regional do crédito.

³¹ A variação do número de balcões de 2002 a 2003 não foi muito significativa, pelo que a ausência de dados reportados para 2002 levou ao uso de valores de 2003 para uma análise de tendência.

bancária resulta do processo histórico de localização dos primeiros bancos em Maputo ou deriva da elevada densidade de actividades económicas. A segunda parece explicar melhor no sentido de Robinson (1952)³², no qual os bancos vão direccionar-se para regiões onde ocorram dinâmicas produtivas. Maputo é a província com maior densidade de actividades económicas do país.

1.3 Concentração das operações de crédito por bancos comerciais

De acordo com os resultados da pesquisa do *Group of ten-10*, melhorias nas tecnologias de informação, desregulamentação financeira, globalização (de ambos sectores financeiro e real), e aumento da pressão dos accionistas para a performance financeira dos seus bancos encorajam a concentração. Estudos elaborados pelo Bank for International Settlements (2001) e o IMF (2001) identificaram dois outros factores que contribuem para a consolidação: (i) crises bancárias e (ii) privatização dos bancos estatais. Em muitos países, instituições falidas fundiram-se com outras instituições; em outros casos instituições insolventes foram recapitalizadas com a assistência do governo ou nacionalizadas (Nicoló *et al.* 2003).

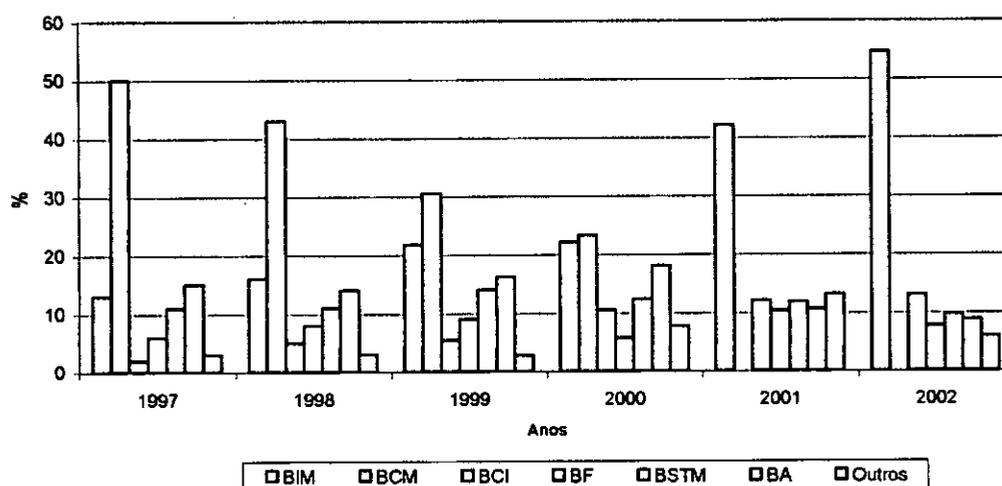
A reestruturação do sector bancário, dirigida pelo governo focalizou-se na privatização de bancos estatais. A privatização do Banco Austral, BCM com a subsequente fusão deste com o Banco Internacional de Moçambique (BIM), enquadraram-se neste contexto. Em 1997 o BCM controlava cerca de 50% das operações de crédito sendo o maior banco em operações bancárias. Com a entrada de novos bancos a sua quota veio a decrescer a favor de novos bancos como o BIM. No entanto, a fusão entre o BIM e BCM em 2001 colocou o grupo BIM como o maior banco no sistema com cerca de 54,71% das operações de crédito, embora esteja a ocorrer a entrada de grupos financeiros sul africanos que representam uma certa concorrência ao capital financeiro português.

O gráfico 6 sugere que o sistema bancário é dominado por dois a três bancos que controlam mais de 2/3 das operações bancárias. *“A fusão BIM/BCM trouxe maior eficiência operativa e eficácia comercial. Esta medida foi reforçada pelo facto de a experiência demonstrar que os*

³² Citado por Rajan e Zingales (1998).

custos com a gestão e manutenção de duas marcas distintas num mercado exiguo, como o moçambicano não era uma opção viável³³ (KPMG. 2001). O ponto é que os grandes bancos reforçam o seu poder de mercado via fusões que tem sido uma estratégia anti-competitiva face à penetração de novos bancos³⁴. Consistente com Castel-Branco (2002), os processos de privatização e liberalização com vista a aumentar a competição não resultaram em mais competição e no maior aprofundamento financeiro no país como um todo, embora tenha havido diversificação dos serviços financeiros e melhorias em Maputo.

Gráfico 6: Quotas de mercado sobre o crédito

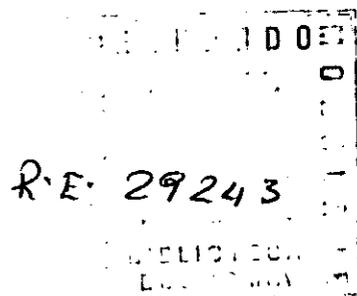


Fonte: Boletins Estatísticos. Vários. BM – DEE; Associação Moçambicana de Bancos. 2002

Grandes bancos podem estar mais interessados em expandirem o seu poder de mercado e estabelecerem ligações fortes com sectores da economia e industria que oferecem uma perspectiva de rentabilidade de longo prazo. Este pode explicar porque o BIM adquiriu o BCM e o ABSA adquiriu o Banco Austral, apesar destes terem observado grandes défices em períodos anteriores. Pode também explicar porque o crédito é maior para firmas de capitais estrangeiros. Indústrias/projectos onde concentra-se o IDE absorvem, 72% do IDD e quase 2/3 dos empréstimos bancários. Estas estratégias não resultam inteiramente das assimetrias de

³³ Entrevista a Mario Machungo PCA do Grupo BIM in revista "O ranking das 100 Maiores Empresas."

³⁴ "Uma das razões que ditou a fusão do BIM/BCM, que para além da gestão controlada dos custos, da rentabilização dos investimentos e de um maior e melhor satisfação dos clientes, a fusão foi ditada pelas exigências de transparência e rigor impostas pela autoridade monetária moçambicana" – KPMG. 2000. A fusão BCI/BF não é analisada dada a sua recente fusão.



informação mas de interesses internos, dinâmicas do sistema financeiro e sua interação com a economia como um todo (Castel-Branco. 2002).

2. Concentração bancária e alocação do investimento

A análise da concentração bancária é feita em paralelo com as dinâmicas de alocação do investimento. Procura-se nesta secção aferir se a concentração bancária é explicada pelas dinâmicas de alocação do investimento a nível regional e sectorial. A concentração bancária tem fortes ligações com as dinâmicas de alocação do investimento. Assim a análise focaliza a alocação do investimento por região e por sectores de actividade. De uma forma geral o investimento privado é dominado pelo IDE que representa 1/3 a mais de todo o investimento e mobiliza a volta de si acima de 85% de todo investimento.

2.1 Alocação regional do investimento

O Gráfico 7 mostra a elevada concentração do investimento em Maputo embora exista um quadro de incentivos para a localização do investimento. Para além da concentração inter-regional evidente, dentro de cada região o investimento é altamente concentrado em alguns projectos³⁵. As explicações para as fortes assimetrias regionais cingem-se à presença de recursos, infraestruturas e facilidades industriais, capital humano, privatização e importancia dos mercados locais.

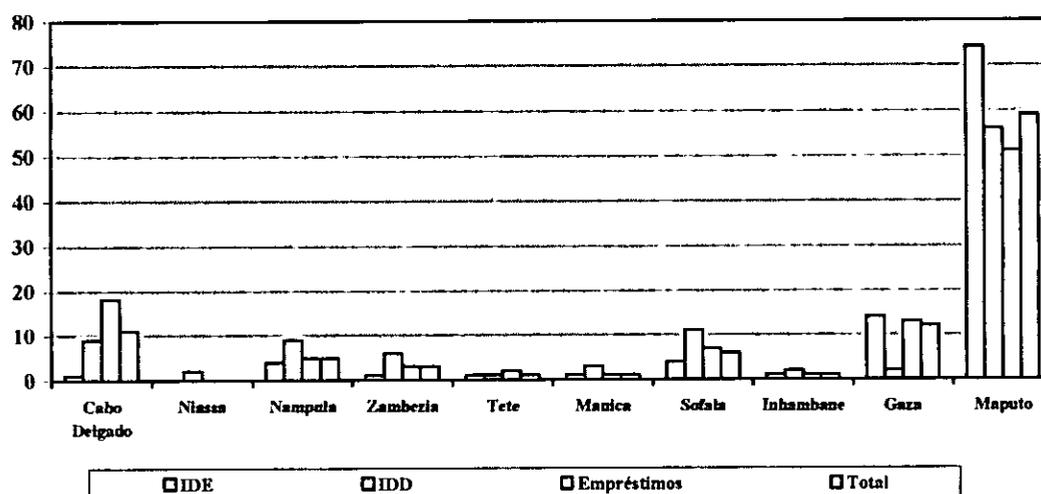
Este padrão de concentração não é só explicado pelas diferenças nas condições económicas de cada província, mas também das diferenças em termos das dinâmicas do capital na região da África Austral e estratégias corporativas³⁶. Entre 1990-2003 a cidade de Maputo e Província absorveram 75% do IDE, 55% do Investimento Directo Doméstico (IDD), 52% de empréstimos e outras fontes e 60% do investimento privado total. A cidade e Província de Maputo incorporam o maior parque industrial do país, mas a concentração do investimento é em grande parte devido a presença dos projectos Mozal, Motraco, açúcar, bebidas,

³⁵ Pemba Bay Tourism Resort (em Cabo Delgado); areias pesadas em Moma (Nampula); açúcar (na Zambézia e Sofala), Mozal (em Maputo).- (Castel-Branco. 2003).

³⁶ Ver Castel-Branco. (2004)

refrigerantes, cimento, moagens que são os sectores mais dinâmicos em termos de crescimento, exportações e investimento.

Gráfico 7: Distribuição do Investimento privado por província e por fonte de financiamento (em % sobre o total nacional por fonte)



Fonte: Castel-Branco. 2003

A província de Gaza e Inhambane juntas absorvem cerca de 15% do IDE e 17% do investimento privado total; Sofala absorve cerca de 5% do IDE total e 8% do investimento privado total; Nampula (áreas pesadas de Moma e Corridor de Nacala) absorve cerca de 4% do IDE e 5% do investimento privado total e as restantes 5 províncias absorvem cerca de 1% do IDE e 10% do investimento total privado. A alocação do investimento é assimétrica com um padrão regional de concentração.

2.2 Alocação sectorial do investimento

O gráfico 8 evidencia o grande peso dos mega-projectos industriais (quase 70% do IDE e 50% do investimento total) e de recursos minerais (18% do IDE e 12% do investimento total) de modo que estes dois sectores absorvem 90% do IDE e mais de 60% do investimento total. A alocação sectorial do investimento indica que está altamente concentrado em projectos de grande e mega dimensão que tendem a ser determinados por estratégias corporativas à escala

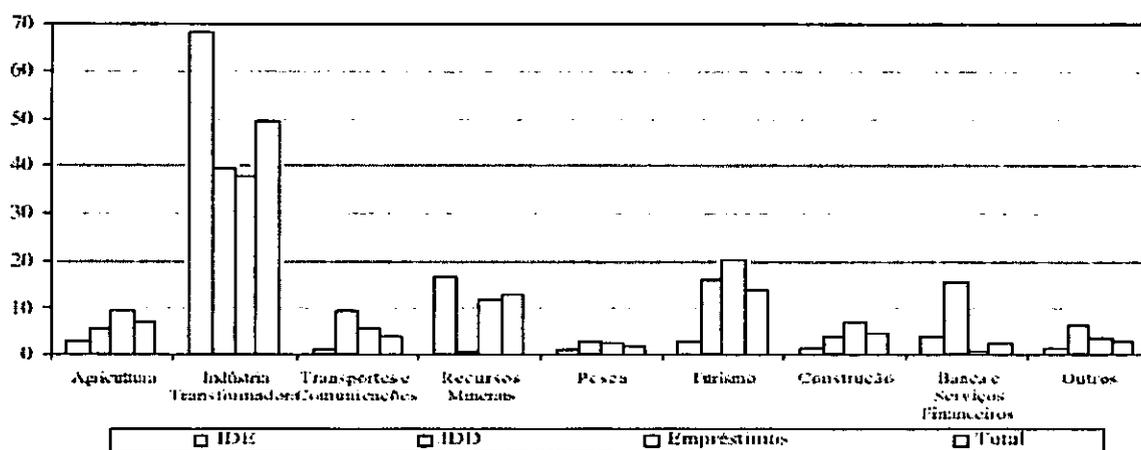
regional (Castel-Branco. 2003). O grande interesse de investimentos em mega-projectos enquadra-se num contexto de expansão do capital sul-africano (SA) à volta do Complexo Mineral Energético (MEC). A cidade de Maputo absorve cerca $\frac{3}{4}$ do investimento total em transportes, telecomunicações, comércio à retalho, bem como 90% do investimento em construção³⁷.

O investimento sul-africano, associado ao MEC representa cerca de 75% de todo o investimento aprovado entre 1990 e 2002. A importância económica do investimento sul-africano é muito maior que o seu peso (18%) no número total de projectos. Ele representa 35% dos fluxos de IDE para Moçambique, e os projectos em que o IDE SA está envolvido representam 85% do IDE, 35% do IDD e 75% do investimento privado total (Castel-Branco. 2003).

A análise evidencia que, embora o investimento concentre-se no sector industrial, este é largamente financiado por via do IDE e em último lugar por empréstimos. A componente "empréstimos" é um agregado de muitas outras componentes, incluindo o crédito bancário. Deste modo pode se aferir que a proporção do crédito bancário a este sector e outros é marginal. No geral, a concentração sectorial do investimento reflecte as dinâmicas produtivas actuais.

³⁷ Castel-Branco. 2004.

Gráfico 8: Distribuição sectorial do investimento, por fonte de financiamento aprovados em 1990-2000 (em % do total nacional por fonte).



Fonte: Castel-Branco (2003).

A concentração bancária e a alocação do investimento relacionam-se pois que a evidência mostra que (i) regiões de maior desenvolvimento quer em termos de infraestruturas quer em termos de actividades económicas, apresentam uma maior cobertura da rede bancária; (ii) os fluxos de IDE estão a resultar numa tendência de concentração sectorial e regional do investimento, com impactos para os bancos por detrás dos grandes projectos. Apesar da elevada concentração bancária, a banca nacional tem um papel marginal no financiamento ao sector produtivo.

As dinâmicas de alocação do investimento afectam o comportamento do sector bancário. Muito do investimento directo estrangeiro na última década provém da África do Sul (RSA) e instituições financeiras internacionais que operam através de bancos SA³⁸. Este facto resulta de mais de ¾ do investimento privado no país depender dos *inflows* de capital estrangeiro e metade destes são na forma de IDE, associados com grandes corporações sul africanas. Assim, há espaço para a intervenção de bancos SA embora actuem através da relação directa com mega e grandes projectos e empresas, melhor que uma presença física directa em Moçambique.

³⁸Castel-Branco. 2004

Os bancos comerciais SA implantados no sector bancário nacional, começam a expandir-se fisicamente dentro da economia em consonância com as dinâmicas do IDE e grandes empresas. Em conjunto o Standard Bank, Banco Austral e o Nedbank³⁹, controlam 1/3 das operações bancárias do país. Os bancos SA estão em melhor posição para expandirem seu domínio no sector bancário e reforçar a influencia dos investimentos e dinâmicas do capital SA no país por terem uma longa tradição no financiamento de actividades produtivas⁴⁰.

Uma pesquisa feita em 2002⁴¹ revelava que cerca de 80% das firmas inqueridas reportavam o custo de financiamento como um dos maiores constrangimentos para o performance dos seus negócios. Os níveis de crédito bancário para as pequenas e médias empresas domésticas tem sido muito baixos⁴². Porque a banca não financia as firmas domésticas fora das dinâmicas do IDE?

Muitas empresas são propriedade de novos operadores que acabaram de entrar no ramo empresarial ou que compraram as empresas recentemente privatizadas, não tendo por isso um histórico e reputação no ramo. Um outro factor que reforça é o facto de muitas das empresas já estabelecidas a bastante tempo que já tem cadastro estão altamente endividadas devido a combinação da desvalorização da moeda que elevou o valor da sua dívida externa e aumentou os empréstimos para a reestruturação e para outros fins (Banco Mundial. 2001).

As empresas de uma forma geral precisam fazer investimentos inovativos (reposição de equipamento) para serem mais competitivas, porém este tipo de investimento não atrai recursos financeiros da banca comercial devido ao elevado risco subjacente, idade e pobre stock de capital. A inovação e modernização são determinadas pelas capacidades e estratégias das firmas, acesso à finanças, e estes estão fortemente associados com o poder de mercado ou estratégias industriais⁴³. Esta é a razão porque o investimento em equipamento novo e tecnologias é mais frequente em grandes empresas de propriedade estrangeira que em empresas domésticas privatizadas, pequenas e médias.

³⁹ O BNP Nedbank (Moçambique), retirou o seu investimento no mercado moçambicano em 2002, cedendo o total das suas acções ao African Banking Corporation, Ltd retirou-se do Mercado.

⁴⁰ Fine e Rustomjee (1996).

⁴¹ IMF. 2004

⁴² Ibidem

⁴³ Castel-Branco. 2002

O elevado grau de assimetrias de informação são um argumento para a incapacidade do sector bancário em financiar o desenvolvimento⁴⁴. Os sistemas deficientes de gestão, informação financeira, ausência de planos de negócios e estratégias; inexistência de um mecanismo eficiente de partilha de informação por parte dos bancos acerca dos tomadores de crédito, vão traduzir-se num elevado custo de acesso ao crédito. Na falta de informação, a previsão de problemas potenciais é difícil e reforçada por um quadro legal fraco para impor o cumprimento dos contratos. Dado que os bancos não conseguem avaliar o risco e controlar o comportamento das empresas com contratos detalhados, estes têm de depender das garantias para assegurar os empréstimos⁴⁵.

Contudo, o simples argumento de que o fraco desempenho do sector bancário na canalização de finanças ao sector produtivo é resultado de imperfeições de informação ignora aspectos de estrutura e dinâmicas da economia no seu todo:

Falhas de informação assumem que há assimetria de informação entre o credor e o tomador e que este tem mais informação e poder na relação com o credor uma vez ocorrida a transacção. Este pressuposto distancia-se do facto do sector bancário estar altamente concentrado e para além disso a racionalização e concentração ocorre enquanto os bancos tentam definir suas posições no mercado e expandirem-se se possível, o que pode criar supercapacidade em Maputo. Os constrangimentos do crédito ao investimento produtivo são também resultado de constrangimentos de política macroeconómica, isto é, políticas monetárias restritivas, resultam nas taxas de juro elevadas, de modo que os bancos para maximizarem a sua rentabilidade são obrigados a praticarem elevadas taxas de operações bancárias que vai reflectir-se num custo elevado do dinheiro. O sector bancário não financia o sector produtivo e este comportamento não é explicado na sua globalidade por imperfeições de mercado visto que os bancos comerciais financiam a economia em cerca de 20% sendo os restantes 80% financiamentos

⁴⁴ Esta explica, a alta das taxas de juro, elevadas exigências de colaterais como o preço dos risco e preferências por investimentos de curto-prazo.

⁴⁵ Os requisitos de garantias de 125% a 300% dos empréstimos são das primeiras razões para que as empresas apresentam para não quererem fazer empréstimos recurso a bancos. Como garantias, os bancos preferem bens transaccionáveis tais como cajú, bens de consumo importados, automóveis, etc, que podem ser facilmente vendidos em caso de falhas contratuais. (Banco Mundial. 2001).

estrangeiros, IDE, garantias e linhas especiais de crédito estabelecidos por financiamentos multilaterais e agencias de desenvolvimento.

3. A reforma do sistema financeiro e o sector bancário

A liberalização por via da privatização dos bancos estatais deveria resultar em maior competição e no maior aprofundamento financeiro do país como um todo. A questão central do argumento neo-liberal assume que a competição no sistema bancário é desejável pois que se a taxa de juro sobre os depósitos é livremente fixada no mercado, esta encorajará a aumentos da taxa de poupança, resultando num aumento no volume ofertado de crédito e investimento e desse modo o crescimento. Pressões competitivas aumentariam a eficiência funcional das taxas de juro dos depósitos e empréstimos⁴⁶. Desta forma a privatização dos bancos estatais reforçariam a competição melhorando a eficiência alocativa pela remoção dos programas de crédito selectivo. Assim a liberalização financeira é vista como um meio pelo qual a competição ocorre (Gibson, Tsakalotos. 1994).

Estes argumentos são questionados pois que a evidência sugere que a privatização dos bancos comerciais estatais foi apressada, numa clara alusão à filosofia neo-liberal no qual era necessário reduzir ao mínimo a presença do estado no sector bancário. Assim, qualquer opção que exigisse menor controlo do estado era melhor do ponto de vista liberal.

A reforma do sistema financeiro não foi concebida num quadro analítico de financiamento da actividade produtiva, mas sim esta a resultar num grande fluxo de investimento especulativo dos bancos⁴⁷. A evidência sugere que o nível de poupança embora tenha aumentado consideravelmente, a proporção do financiamento ao investimento produtivo pelo sector bancário não aumentou de forma considerável embora o número de bancos tenha aumentado.

A preposição neo-liberal no qual o mercado de crédito actuando livremente, as poupanças irão balançar o investimento, não é necessariamente verdade pois que os mercados não se equilibram por si só. Eles precisam ser estáveis porque à volta de muitos outros aspectos, joga

⁴⁶ Foco no modelo de Mackinnon e Shaw (1973)

⁴⁷ Domínio da banca portuguesa nesta area.

com as expectativas. Poupanças e investimentos não são automaticamente equilibráveis através do movimento das taxas de juro – determinam-se no mercado monetário.

A liberalização das taxas de juro resultariam num aumento da disponibilidade de crédito e investimento. Estas pressões competitivas a acontecerem aumentariam a eficiência da intermediação pela queda dos *spreads* das taxas de juro. O facto é que a competição é primeiro questionada do ponto de vista de existência (oligopólio). As fusões de bancos já ocorridas, demonstram que estas podem não resultar em mais crédito produtivo e reforçarem o crédito especulativo bem como consolidar o padrão de concentração em Maputo. Consistente com a análise de Hannan (1991), a evidência sugere que as taxas de juro dos empréstimos tendem a ser mais elevados em mercados concentrados⁴⁸.

A competição no sector bancário está longe de acontecer do ponto de vista de financiamento barato para a economia e o que aconteceu foi uma mera substituição do estado por um “*livre mercado*”. Prevalece no mercado bancário elevados *spreads* da taxa de juro que reflectem o poder de monopólio dos bancos. As taxas de juro tem tido uma descida lenta, com implicações para elevados *spreads* devido a factores do lado da oferta tais como as ineficiências dentro do sector bancário, o baixo nível de concorrência, as expectativas conservadoras relativas à inflação e outros indicadores de desempenho macroeconómico; factores do lado da procura como a falta de procura de crédito bancário, problema de execução de contratos e muitos outros (Banco Mundial. 2001). O *spread* das taxas de juro sobre os depósitos em meticais e a taxa sobre os empréstimos tem sido elevados, atingindo 19 *pp* em 2002 (maturidade 90 dias)⁴⁹.

Os bancos do sistema são altamente rentáveis, pelo que é contrário a um sistema competitivo no qual maior competição resultaria numa queda de lucros dos bancos. Estes assim o são, visto que detém um certo poder de monopólio— operam num mercado oligopolizado.

⁴⁸ Elevados *spreads* entre as taxas de empréstimos e de depósitos.

⁴⁹ Ao longo dos últimos anos, a taxa de juro sobre os empréstimos em meticais (90 dias) tem sido alta e volátil (flutuando entre 20,4% e 9,9%). IMF. (2004)

IV. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em Moçambique prevalece a ausência de uma estratégia alargada de desenvolvimento que combine a mobilização de recursos do sistema financeiro e promoção de desenvolvimento da economia como um todo. A reforma do sector financeiro deve tomar em consideração aspectos ligados ao desenvolvimento. Não importa um sector financeiro estável do ponto de vista liberal por si só, se ele não tem nada a fazer com as dinâmicas do sector produtivo. A forma como esta é desenhada vai influenciar as acções dos agentes económicos, bem como definir o padrão de alocação do crédito na economia. Da discussão pode-se reter que:

O sector bancário não é competitivo no sentido de operações bancárias. Este objectivo está longe de ser alcançado pois o aumento do número de bancos não é acompanhado pela redução dos custos de empréstimos nem expansão da rede bancária. A fusão entre bancos não é sinónimo de maior estabilidade do sector visto no sentido de que estes podem tornar-se tão grandes de modo que qualquer crise nestes teria efeitos multiplicadores para todo o sistema.

A disponibilidade de crédito produtivo poderá diminuir devido a preferência por liquidez dos bancos, sem estar relacionada aos riscos inerentes ao empréstimo, fazendo com que o racionamento de crédito possa surgir quase que independentemente dos retornos esperados dos projectos de investimento. Os bancos de capitais portugueses tem financiado em larga medida o crédito ao consumo, bem como reforçam a sua actuação para a esfera de especulação.

O sistema financeiro doméstico discrimina à favor de grandes projectos de investimento pois que estes tem maiores probabilidades de sucesso e por outro, estão ligados ao sistema financeiro internacional, bem como são empresas com uma reputação já comprovada.

A assimetrias de desenvolvimento regional relacionam-se com a concentração bancária no sentido de que os sectores, regiões mais dinâmicas tendem a atrair investimentos de modo que os bancos tenham preferências regionais e sectoriais. A estrutura do sistema bancário é influenciada pelo padrão de desenvolvimento e por estratégias inerentes aos próprios bancos.

A principal implicação que pode ser inferida da análise, é que a concentração bancária se já tem efeitos para a disponibilidade de crédito, elas vão reforçar o padrão assimétrico de desenvolvimento. Os bancos já implantados não tem incentivos para alargarem-se à escala nacional, dadas as suas estratégias para manter e ampliar a oferta de crédito nestas regiões. São necessárias políticas que promovam a ampliação da oferta de crédito nos níveis regional e local.

A ausência de serviços financeiros para projectos locais e regionais pode aumentar o *gap* entre as regiões, sectores dinâmicos e atrasados por mecanismos de auto-esforço. A oferta e implantação de serviços financeiros determinam em parte as trajectórias de desenvolvimento. É evidente que esta vai depender também de outros factores ligados a dinâmicas produtivas, económica e outros.

De uma forma geral, é preciso encarar a concentração bancária como algo endógeno ao processo de desenvolvimento. As decisões do sector produtivo precedem o relacionamento entre tomadores e emprestadores e o condicionam. Assim, é necessário combinar o sistema financeiro com as estratégias de investimento produtivo. O sistema bancário deve mobilizar e financiar o desenvolvimento e não actuar isoladamente. Os policymakers devem estar cientes de outros custos sociais associados com os ganhos de renda dos bancos.

A análise da concentração bancária e base produtiva apresenta em si algumas limitações decorrentes da natureza dos dados e informação utilizados. Por exemplo, na repartição do crédito sectorial, a disponibilidade de informações referentes a *outros sectores* possibilitaria esclarecimentos mais exactos sobre sua composição. A classificação dos sectores não apresentam um mesmo padrão quando se faz a análise sectorial do crédito e alocação do investimento. Porém ele permite ver o peso do sector industrial no resto dos sectores. De uma forma geral esta pesquisa não encerra mas abre o debate sobre a concentração bancária, mas acima de tudo tenta despertar o interesse pelo tema e vê a necessidade de estudos mais aprofundados no que respeita a composição dos empréstimos ao sector produtivo, as estratégias dos bancos comerciais.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Silvina. HALLAN, Alistar (1993). Estudo da Procura e Oferta de Crédito em Moçambique (1987-1992). Staff Paper n. 1. BM. DEE
- ABREU, A. P. (1999). Sistema Financeiro em Moçambique – Quadro do Resumo de Reforma do Sector Financeiro e das Finanças Públicas. In *Rvista Xitimela*, Ano 4, No. 7, Junho
- ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE BANCOS, KPMG (2002). Sector Bancário em Moçambique. *Pesquisa Sobre o Sector Bancário*.
- _____. (2001). Sector Bancário em Moçambique. *Pesquisa Sobre o Sector Bancário*.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Vários*. Preço e Conjuntura Financeira. DEE
- _____. Relatórios Anuais, vários.
- _____. 2002. A Situação Económica e Financeira do País. *Discurso do Governador do BM na Camara de Comércio Moçambique / EUA*. Doc. Informativo no. 008. DEE - CDI
- BANCO MUNDIAL. (2001). Moçambique, Memorando Económico: Prespectivas de Crescimento e Agenda de Reformas. *Relatório No. 20601*
- BASSONE, Biagio *et al.* (2003). Financial infrastructure, Group Interests, and Capital Accumulation. *IMF Working Paper*, No. 24
- BLACK, S. and P. Strahan, (2000). Entrepreneurship and Bank Credit Availability. *Federal Reserve Bank of New York*, mimeo.
- BECINVEGA, V. R. and SMITH, B. D. (1991). Financial and Endogenous Growth. *Review of Economic Studies*, Vol. 58, No. 2
- BEN, B.; RUSTOMJEE, Z. (1996) The Political Economy of South Africa. London
- BERGER, Allen. ; HUMPHREY, David. (1992). Bank Scale Economies, Mergers, Concentration, and Efficiency: Thus U.S. Experience. *Working Paper, The Wharton Financial Institutions Center*. No 94-25.
- BERGER, A.; HANNAN, T. (1989). The Price-Concentration Relationship in Banking. *Review of Economics and Statistics*. Vol. 71.
- _____. *et al.* (1999). The Consolidation of Financial Services Industry: causes, consequences and implications for the future. *Jornal of Banking and Finance*. Vol. 23, No. 2-3

- BOLT, Wilko. And TIEMAN, F. (2004). Banking Competition, Risk, and Regulation. *IMF Working Paper*, No. 11
- BOYD, John and DE NICOLÓ, G. (2003) Bank Risk and Competition Revisited. *IMF Working Paper*, No. 114
- BOYD, John H. e SMITH, Bruce D. (1998). Credit Market, Imperfections in a Monetary Growth Model. *Journal of Economic Theory*. Vol. 11 (2).
- DAVIDSON, P. (1994). Post Keynesian macroeconomic theory: a foundation for a successful economic policies for the twenty-first century. London: Edward Elgar.
- CASTEL-BRANCO, C. N. (2002). An Investigation Into The Political Economy of Industrial Policy: The Case Of Mozambique. *PhD Thesis*, SOAS. Uk.
- _____. (2003). Situação Económica em Moçambique: reavaliação da evidência empírica com foco na dinâmica da produção industrial. *Comunicação feita para a VII Conferência Anual do Sector Privado (CASP)*. Maputo.
- _____. (2004). What is the Experience and Impact of South African Trade and Investment on the Growth and Development of Host Economies? A view from Mozambique. in *Stability, Poverty Reduction, and South African Trade and Investment in Southern Africa*, by Southern African Regional Poverty Network and EU's CWCI Fund. *Conference Papers*; Pretoria.
- DE NICOLÓ, Gianni, BARTHOLOMEW, P. *et al.* (2003). Bank Consolidation, Internationalization, and Conglomeration: Trends and Implications for Financial Risk. *IMF Working Paper*. No 158.
- Di PATTI. E and DELL'ARICCIA. G. (2001). Bank Competition and Firm Creation. *IMF Working Paper*, No. 21
- DYMSKI, Garry. (1992). Banking Firms in Keynesian Monetary Theory. *Journal of Post Keynesian Economics*. Vol. 14, No. 3
- FITZGERALD, E. V. K. Short-Term Capital Flows, The Real Economy and Income Distribution in Developing Countries. *Queen Elizabeth House*. Working Paper Series No. 8
- GIBSON, H. and TSAKALOTOS (1994) The Scope and Limits of Financial Liberalization in Developing Countries: A Critical Survey. *Journal of Development Studies*. Vol.30, No. 3.

- HARRIS, Laurence *et al.* (1988). New Perspectives on the Financial System. Great Britain. Bidles Ltd.
- HEISE, Arne. (1992). Commercial Banks in Macroeconomic Theory. *Journal of Post Keynesian Economics*. Vol. 14, No. 3
- HERSCOVICI, Alain. (2004). Economia de Informação, Redes Electrónicas e Regulação. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol. 24, No. 1 (93)
- INE. Anuários Estatísticos. *Vários*.
- IMF. (2004). Financial System Stability Assessment – Republic of Mozambique. *Country Report* No. 04/52
- ITOH, M and LAPAVITSAS, C. (1999). Political Economy of Money and Finance. London, MacMillan Press Ltd
- KING, Robert .G e LEVINE, Ross. (1993). Finance, Entrepreneurship, and Growth: Theory and Evidence. *Journal of Monetary Economics*. Vol. 32, No. 3
- KLOECKNER, G. O. (1994) Fusões e Aquisições: Motivos e Evidência Empírica. *Revista de Administração, São Paulo: FEA/USP*, Vol. 29, No. 1
- KPMG. (1999). Ranking das 100 maiores empresas. *Vários*
- LAPAVITSAS, Costas. Banks and Design of The Financial System: Underpinnings in Stuart, Smith and Hilferding. School of Oriental and African Studies, uk. *Working Paper* No. 128
- LEVINE, R e ZERVOS, S. (1998). Stock Markets, Banks, and Economic Growth. *American Economic Review*. Vol. 88, No. 3
- LEVINE, Ross. (1997). Financial Development and Economic Growth. *Journal of Economic Literature*. XXX. Vol. (2)
- MINSKY, H. (1986). Stabilizing an Unstable Economy. *New Haven: Yale University Press*.
- NISSANKE, Machkilo. (1991). Theoretical Issues on Finance and Development: A Critical Literature Survey. *International Development Centre, Queen Elizabeth House*. University of Oxford. No. 36
- PETERSEN, M. and RAJAN, R. (1995). The Effect of Credit Market Competition on Lending Relationship. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 110, No. 2
- RAJAN, Raghuram. e ZINGALES, Luigi. (1998). Financial Dependence and Growth. *American Economic Review*. Vol. 88, No. 3

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. BR No. 37, *III Série de 11/9 de 1996.*

SOUSA, Nali de Jesus de, (1993). Desenvolvimento Económico. São Paulo: Atlas

STIGLITZ, J. (1985a). Information and Economic Analysis; A Prespective. *Economic Journal*, Vol. 95

_____. (1988a). Money, Credit and Business Flutuactions. *Economic Record*. Vol. 64, No. 187

STIGLITZ, Joseph and WEISS, Andrew. (1981). Credit Rationing in Markets With Imperfect Information. *American Economic Review*. Vol. 71, No. 3

SUZUKI, Yasushi. Bank Rents and Uncertainty. School of Oriental and African Studies, uk. *Working Paper*, D72, D81, G14

TOBIN, J. (1986) The Comercial Banks Firm: A simple Model. *Scandavian Journal of Ecconomics*. Vol. 84. No. 4.

VASCONCELOS, M. R. e STRACHAMN, E. (2002). Restruturação Recente do Sector Bancário Brasileiro. *Brasilia, IPEA* (relatório final de pesquisa), mimeo.

WUYTS, M. E. (1989). Money and Planning for a Socialist Transition. . England, Gower House .

ZOLLI, Edda. (2001). Cost and Effectiveness of Banking Sector Restructuring in Transition Economies. *IMF Working Paper*, No. 157

ANEXOS

Tabela 1: Distribuição Sectorial do Crédito

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	747.360	1.153.598	1.277.220	3.085.372	4.991.552	5.491.475	7.883.726	9.934.215	13.809.676	14.307.842	13.529.004
Agricultura	199.332	294.703	274.425	696.584	937.530	1.112.390	1.614.606	1.894.657	2.029.715	2.284.850	1.672.339
Industria(**)	192.942	261.390	345.822	930.682	1.467.308	1.678.101	2.274.583	2.893.610	3.701.260	3.908.826	3.114.156
Construção	21.331	62.320	36.676	106.836	267.431	267.625	346.614	449.671	472.880	583.154	739.308
Transportes e comunicação	44.756	53.914	34.355	155.174	214.136	295.842	1.760.452	2.027.907	1.823.216	1.805.260	2.112.961
Comércio (*)	244.656	404.586	580.889	789.338	1.269.271	1.399.300	420.554	519.216	953.887	765.092	777.865
Outros sectores	44.345	76.685	5.053	406.758	835.876	738.218	1.466.557	2.149.155	4.828.718	4.960.661	5.112.377

Fonte: Boletins Estatísticos. BM- DEE. *Vários*.

(*) Inclui comércio externo e interno

(**) Inclui indústria ao geral e indústria de turismo

Tabela 2: Crédito e PIB (pm)

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Crédito	747.360	1.153.597	1.277.220	3.085.372	4.991.552	5.491.475	7.883.726	9.934.215	13.809.676	14.307.842
PIB	5463400	8652100	13195000	32718600	39818300	46911800	51913200	56917400	71134800	82747400

Fonte: Boletins Estatísticos, BM - DEE; Anuários Estatísticos, INE - *Vários*

Tabela 3: Distribuição do Crédito por Finalidades

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Meios circulantes	852.963	1.168.904	2.430.158	3.407.364	3.780.988	5.079.434	6.866.798	7.681.010	8.608.893
Investimento	271.730	108.705	655.564	1.592.647	1.718.949	2.870.182	3.189.179	6.159.123	5.909.116
Total do crédito a economia	1.124.693	1.277.609	3.085.722	5.000.011	5.499.934	7.949.616	10.055.977	13.840.132	14.518.009

Fonte: Boletins Estatísticos. BM - DEE. *Vários*

Tabela 4: Depósitos e Crédito Total dos Bancos Comerciais

Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Depósitos	nd	3.789.779	4.563.954	5.869.445	7.070.357	9.610.517	14.353.404	18.793.106	22.659.283	26.097.592
Crédito a economia	nd	2.485.018	3.516.665	5.360.094	6.649.404	8.645.291	11.343.237	13.943.178	14.523.713	14.368.913
em MT	nd	2.357.119	2.876.253	3.933.622	4.731.064	5.711.520	6.992.955	8.538.294	7.847.357	6.363.073
em Divisas	nd	127.899	640.412	1.426.472	1.918.340	2.933.771	4.350.282	5.404.884	6.676.356	8.003.840

Fonte: Boletins Estatísticos. BM - DEE. *Vários*

Tabela 5: Quotas de Mercado dos bancos Comerciais – Crédito (%)

Bancos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
BIM	13	16	21,87	22,164	42,037	54,71
BCM	50	43	30,54	23,359	0	0,000
BCI	2	5	5,4	10,543	12,102	13,06
BF	6	8	9,13	5,714	10,311	7,72
BSTM	11	11	14,03	12,405	11,814	9,59
BA	15	14	16,23	18,08	10,619	8,87
Outros	3	3	2,8	7,735	13,117	6,04
Total	100	100	100	100	100	100,00

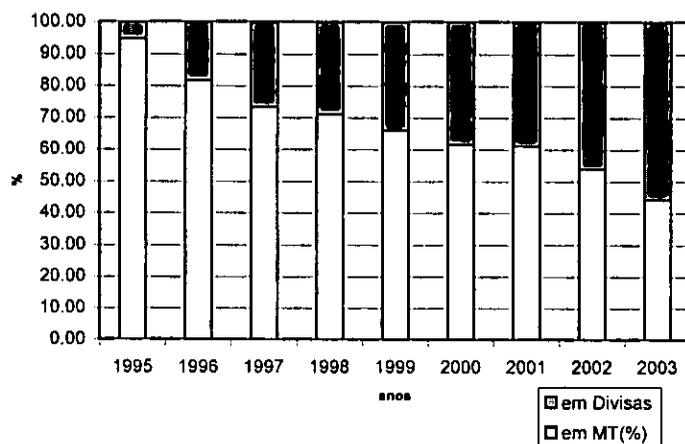
Fonte: Banco de Moçambique – Relatórios Anuais; Associação Moçambicana de Bancos. 2002

Tabela 6: Distribuição da rede bancária

Província	Balcões/ 1995	Balcões/ 2000	Balcões/ 2002
Maputo	93	104	112
Gaza	20	22	15
Inhambane	15	12	10
Manica	16	14	7
Sofala	33	28	19
Tete	11	13	8
Zambézia	16	14	10
Nampula	23	24	16
C. Delgado	14	13	7
Niassa	8	9	3
Total	249	253	207

Fonte: Relatório Anual. BM. Vários

Gráficos 1: Proporção do crédito em MT e em Divisas



Fonte: Boletins Estatísticos. BM – DEE. Vários

